

Universidades Lusíada

Candeias, Marisa de Jesus Jacinto, 1982-

Serviço social rural : um campo distinto da prática profissional?

<http://hdl.handle.net/11067/6570>
<https://doi.org/10.34628/p5c9-2r36>

Metadata

Issue Date 2021

Abstract O artigo discute, numa abordagem teórico-conceitual, sobre o Serviço Social rural como campo distinto da prática profissional. Incide, numa perspetiva sócio histórica, da ascensão do Serviço Social profissional desde a sua génese nos meios urbanos industrializados, à emergência da profissão nos territórios rurais; nas singularidades dos meios, das populações e do Serviço Social rural, concluindo com recomendações para a agenda do Assistente Social rural....

The article discusses, in a theoretical-conceptual approach, about rural Social Work as a distinct field from professional practice. It focuses, in a socio-historical perspective, from the rise of professional Social Work since its genesis in industrialized urban areas, to the emergence of the profession in rural territories; in the singularities of the means, populations and rural Social Work, concluding with recommendations for the rural Social Worker's agenda....

Type article

Peer Reviewed No

Collections [ULL-ISSSL] IS, n. 57-58 (2021)

This page was automatically generated in 2025-04-26T14:48:08Z with information provided by the Repository

**SERVIÇO SOCIAL RURAL:
UM CAMPO DISTINTO DA PRÁTICA PROFISSIONAL?**

**RURAL SOCIAL WORK:
A SPECIFIC FIELD OF PROFESSIONAL PRACTICE?**

Marisa de Jesus Candeias

Licenciada em Política Social

Mestre em Sociologia - recursos humanos e desenvolvimento sustentável

Especialista em Serviço Social e Doutoranda em Serviço Social

*Professora Adjunta Convidada da Escola Superior de Educação do Instituto Politécnico
de Castelo Branco (ESE-IPCB)*

Investigadora integrada no CLISSIS - Universidade Lusíada de Lisboa.

ORCID ID: 0000-0003-2541-1634

DOI: <https://doi.org/10.34628/p5c9-2r36>

Data de submissão / Submission date: 29.04.2021

Data de aprovação / Acceptance date: 30.09.2021

Resumo: O artigo discute, numa abordagem teórico-conceitual, sobre o Serviço Social rural como campo distinto da prática profissional. Incide, numa perspetiva sócio histórica, da ascensão do Serviço Social profissional desde a sua génese nos meios urbanos industrializados, à emergência da profissão nos territórios rurais; nas singularidades dos meios, das populações e do Serviço Social rural, concluindo com recomendações para a agenda do Assistente Social rural.

Palavras-chave: Serviço social rural; Assistente social rural; Prática rural.

Abstract: The article discusses, in a theoretical-conceptual approach, about rural Social Work as a distinct field from professional practice. It focuses, in a socio-historical perspective, from the rise of professional Social Work since its genesis in industrialized urban areas, to the emergence of the profession in rural territories; in the singularities of the means, populations and rural Social Work, concluding with recommendations for the rural Social Worker's agenda.

Keywords: Rural social work; Rural social worker; Rural practice.

Introdução

A vida no campo tem sido descrita como agradável, idílica, descomplicada e como um regresso às raízes, livre de vícios e poluição. Estes mitos têm ignorado a dura realidade inerente à vida rural. Os territórios rurais apresentam elevadas taxas de pobreza, as populações rurais tendem a ser mais envelhecidas do que as populações urbanas, experienciando-se a escassez de serviços de bem-estar social e de saúde que, ao longo do tempo, acompanharam as populações das comunidades rurais para as comunidades urbanas (Stuart, 2004 cit. por Daley, 2015, p. 162). Assim, a vida rural tem sido fustigada pelo encerramento de caminhos de ferro, de juntas de freguesia (e consequentemente de locais de voto, o que dificulta a participação democrática), de extensões de saúde, de balcões dos CTT, empresas, entidades bancárias e das escolas mais distantes dos centros urbanos – onde residem crianças com menos recursos e oportunidades – pelo desemprego, pelas empobrecidas condições de habitação, pela ausência de infraestruturas essenciais como água e energia e por baixos níveis de instrução dos seus residentes, resultando em situações de significativa desvantagem rural para as suas populações (Alston, 2009; McKinnon, 2008 cit. por Dellemain & Warburton, 2013, p. 302) e na dificuldade no acesso a oportunidades diversas.

São vários os autores que se referem a uma tradição bem-estabelecida do Serviço Social rural em países como os Estados Unidos da América, Austrália e Canadá, mas no Reino Unido e continente europeu o termo é utilizado menos frequentemente para descrever o que se entende como uma área específica da prática profissional. No nosso país não são conhecidas fontes científicas sobre o exercício profissional no mundo rural português, pelo que este artigo apresenta uma revisão teórica alargada à investigação internacional

desenvolvida, com especial ênfase na produção científica norte-americana.

Historicamente, como veremos, encontramos evidências de discussões na literatura internacional, desde a pergunta aparentemente simples do que ‘rural’ é ou não é, até em que medida a prática do Serviço Social rural difere, de maneira significativa, da prática com populações urbanas. Embora se trate de um debate que não alcançou até ao momento consenso académico, alguns autores argumentam que a prática do Serviço Social nas áreas rurais é suficientemente diferente para justificar o foco no desenvolvimento de uma compreensão mais aprofundada deste campo distinto da prática profissional, mas, não obstante, questionam: o que torna a ‘prática rural’ diferente da ‘prática urbana’? Será o défice de recursos num lugar *versus* a acessibilidade aos serviços noutra lugar?

Serviço Social rural – Um campo distinto da prática profissional?

O Serviço Social rural é um termo que de forma útil identifica um conjunto de questões e preocupações em torno da prática do Serviço Social em áreas não-urbanas. Podemos tecer algumas generalizações sobre a ruralidade sem porém assumir a sua universalidade, nomeadamente: a) as necessidades de algumas populações rurais tendem a não ser reconhecidas ou a ser menosprezadas; b) as populações rurais são tipicamente pouco providas de serviços sociais; c) as infraestruturas rurais são mais fracas, isto é, a disponibilidade de serviços como habitação, redes de transportes e outros, é reduzida; d) as oportunidades de emprego são restritas; e) os serviços rurais apresentam geralmente maiores custos de prestação; f) a pobreza e as resultantes reduzidas oportunidades de vida são frequentes nas áreas rurais (Pugh & Cheers, 2010, p. xvi). Porém, não são identificadas um conjunto exclusivo de características que apenas podem ser encontradas em áreas rurais, apesar de se considerar que algumas dessas características se verificam mais frequentemente em territórios rurais (Pugh & Cheers, 2010, p. xiii).

Uma das discussões no campo do Serviço Social rural é a que

opõe o Serviço Social rural como Serviço Social numa comunidade rural, com a que define o Serviço Social rural como Serviço Social com populações rurais (Carlton-LaNey, Edwards & Reid, 1999; Ginsberg, 2005; Scales & Streeter, 2004 cit. por Daley, 2010, p. 3). A primeira escola de pensamento argumenta que o Serviço Social rural é geralmente confinado às pequenas comunidades ou comunidades rurais. Para os autores Carlton-LaNey, Edwards e Reid (1999); Ginsberg (2005) e Scales e Streeter (2004) esta perspetiva leva os Assistentes Sociais ao foco em aspetos de desenvolvimento de recursos, construção de forças e recursos comunitários e ao 'community building'. A segunda escola de pensamento, de autores como Daley e Avant (2004 cit. por Daley, 2010, p. 3) adota uma perspetiva mais inclusiva, que entende o Serviço Social rural como o trabalho com populações rurais, independentemente do local em que estas se encontrem. Neste sentido, as populações rurais podem ser encontradas em comunidades que nem sempre se enquadram nas definições gerais de pequenas cidades e comunidades rurais (Daley, 2010, p. 3), pois as populações que se identificam como rurais e evidenciam cultura, normas e comportamentos rurais podem residir em aglomerados em comunidades urbanas, em áreas rurais que foram absorvidas pela invasão urbana ou em comunidades rurais em que se verificou um recente crescimento (Daley, 2010, p. 3). Assim, apesar de as pessoas alterarem a sua localização ou de o ambiente ter mudado, essas populações ainda se aproximam da vida rural e ainda procuram ajuda de uma perspetiva rural (Daley, 2010, p. 3). Daley refere Mellow, ao afirmar que as comunidades raramente são inteiramente homogéneas e que alguns elementos das comunidades rurais se verificam com frequência em áreas urbanas e vice-versa (Mellow, 2005, *idem, ibidem*).

Josephine Brown (1933), autora da obra "*The Rural Community and Social Casework*" que estabeleceu firmemente a fundação da prática do Serviço Social rural, argumentou: "*The social case worker in the rural community will find that, while the fundamental principles of case work are the same whether she works in city, town, village, or open country, there are certain modifications in method which may be advisable in making an adjustment to rural conditions*" (Brown, 1933 cit. por Daley, 2015, p. 192). Por outras palavras, o Serviço Social rural é Serviço

Social adaptado aos contextos das comunidades mais pequenas, mas, apesar da prática do Serviço Social rural ser em muitos aspetos semelhante à prática do Serviço Social em contextos amplos, pode ser considerada um campo distinto da prática (Daley, 2015, p. 192). Também vários outros autores argumentam que o trabalho profissional com pessoas que vivem em áreas rurais apresenta um significativo número de características únicas que justificam a sua identificação como um campo distinto da prática (Carlton-LaNey, Edwards & Reid, 1999; Daley & Avant, 2004; Daley & Pierce, 2011; Ginsberg, 2005, 2011; Johnson, 1980; Lohmann & Lohmann, 2005; NASW, 2009, 2012 cit. por Daley, 2015, p. 192).

Como é que o Serviço Social, que emergiu com a industrialização nos meios urbanos, foi para o campo?

A ascensão do Serviço Social profissional teve origem no aumento da industrialização em grande escala. No final do século XIX e início do século XX, as condições de vida e de trabalho nas cidades de rápido crescimento tornaram-se tão assustadoras que os reformadores sociais começaram a responder às necessidades das pessoas em situação de pobreza. A COS¹ e mais tarde os *Settlements*, surgiram nas grandes cidades americanas como significativos reformadores sociais e filantrópicos para responder às necessidades dos indigentes (Daley, 2015, p. 162).

Embora se reconheça que o Serviço Social como disciplina e profissão tenha crescido a partir das raízes urbanas, não demorou muito para que o termo Serviço Social rural começasse a surgir na literatura e, nas décadas de 1920 a 1940, transformou-se num corpo distinto de trabalho.

Perante as más condições de vida nas cidades, os residentes urbanos acreditavam que o campo fornecia um ambiente saudável mais benéfico e muitos imigrantes mudaram-se para escapar às miseráveis condições de vida da cidade (Daley, 2015, p. 166). Por

¹ COS – *Charity Organization Society*

exemplo, os Settlements rurais foram os primeiros esforços para expandir os tradicionais serviços de bem-estar social para as pequenas cidades e áreas rurais. O *Hindman Settlement*, fundado em 1902 e as Pine Mountain Settlement Schools estabelecidas no Kentucky em 1913, são exemplos da atividade inicial dos *Settlements*. Ainda que os Settlements rurais e urbanos muitas vezes se tenham focado em questões semelhantes, os *Settlements* rurais receberam pouco destaque na literatura e os contributos dos mesmos permanecem amplamente ignorados (Galen & Alexander, 2011 cit. por Daley, 2015, p. 169).

O Serviço Social rural parece ter sido também desenvolvido pelos esforços da Cruz Vermelha americana durante e após a I Guerra Mundial (Daley, 2015, p. 170). Estes serviços da Cruz Vermelha forneceram assistência a muitas famílias rurais (King, 1980; Persons, 1980 cit. por Daley, 2015, p. 170) e, no pós-guerra, a Cruz Vermelha continuou o seu trabalho em áreas rurais na reintegração de veteranos.

Durante a década de 30, mais de 50 artigos sobre temas rurais foram publicados em revistas e jornais de Serviço Social (Davenport & Davenport, 1984 cit. por Daley, 2015, p. 172). No entanto, foi o inovador livro de Josephine Brown, em 1933, "*The Rural Community and Social Casework*", como já referimos, a primeira abordagem ao Serviço Social com comunidades rurais, que estabeleceu firmemente a fundação da prática do Serviço Social rural (Locke & Winship, 2005 cit. por Daley, 2015, p. 172). A obra de Brown estabeleceu muitos conceitos e princípios de prática que ainda hoje guiam o trabalho rural (Davenport & Davenport, 1984; *ibidem*), incluindo o método generalista - Serviço Social de casos combinado com organização comunitária, a utilização das forças dos cidadãos utentes e a necessidade de desenvolver recursos na comunidade (Daley, 2015, p. 173). Na maioria da década de 60, o interesse no Serviço Social rural definhou enquanto a profissão continuou a sua orientação para a prática urbana. Buxton (1976 cit. por Daley, 2015, p. 174), refere: "*Social work in rural areas has been given little attention in past years. The national emphasis has been on urban problems, and skills have been developed essentially to deal with these*".

O renascimento do Serviço Social rural teve início no final dos anos 60 e continuou durante os anos 70 (Davenport & Davenport, 1984 cit. por Daley, 2015, p. 174). Este renascimento dos anos 70 do moderno Serviço Social rural é atribuído ao *workshop* 'A educação para o Serviço Social em contextos rurais' apresentado na reunião anual do programa do conselho de educação de Serviço Social em 1969, em Cleveland, Ohio (Ginsberg, 2011; Locke, 2009; *National Rural Social Work Caucus*; s. d. cit. por Daley, 2015, p. 175). Cientes do crescimento do Serviço Social rural, um grupo de trabalho da *Southern Regional Education Board* (1976), publicou um conjunto de premissas educacionais para o Serviço Social rural, que especificava o conteúdo necessário para a prática profissional (Daley, 2015, p. 175). Também em 1976 é publicada a obra de Ginsberg "*Social Work in Rural Communities: A book of Readings*". Esta foi a primeira publicação no campo em muitos anos. Um outro evento relevante foi a criação da *National Rural Social Work Caucus*, fundada no mesmo ano. A *Caucus* [Convenção] foi, e continua a ser, um grupo organizado de profissionais dos Estados Unidos da América e de outros países que se focam no Serviço Social rural e nos serviços humanos. Atualmente, a *National Rural Social Work Caucus* permanece como o principal grupo de especialidade para o Serviço Social rural, produzindo conhecimento científico em Serviço Social rural (Daley, 2015, p. 175). Esta foi formada para focar a atenção e incentivar o estudo académico de questões sociais e profissionais exclusivas da prática do Serviço Social rural, das pessoas e comunidades rurais.

Todos os anos, desde 1976², os Assistentes Sociais rurais reúnem-se em vários locais nos Estados Unidos para desenvolver uma conferência profissional única de três dias (*National Rural Social Work Caucus*, 2012 cit. por Hickman, 2014, p. 21). Profissionais e docentes da área rural apresentam trabalhos, partilham conhecimento, descrevem inovações e estabelecem redes, discutem tópicos de interesse local, regional, nacional e até internacional, com a participação de Assistentes Sociais da Austrália, Canadá, Israel e Coreia (Hickman, 2014). Atualmente, a *Caucus* possui uma revista

² Mais informação da conferência de 2021: <https://ruralsocialwork.org/>

profissional online – “*Contemporary Rural Social Work*” e um website: www.ruralsocialwork.org. A *Caucus* também se envolveu em esforços de *advocacy* para ter apresentações sobre Serviço Social rural no encontro anual da CSWE³ e para a formulação de uma declaração de política rural aprovada pela NASW⁴ (*National Rural Social Work Caucus*, s. d. cit. por Daley, 2015, p. 176). A CSWE efetivamente começou a incluir sessões rurais nos seus programas e, em 1977, a Assembleia da NASW adotou a sua declaração de política sobre o Serviço Social rural (Davenport & Davenport, 1984; idem, ibidem), que se constitui como uma peça informativa para o Serviço Social e incentiva a *advocacy* em questões políticas que afetam as pessoas e as comunidades rurais.

Singularidades dos meios, das populações e do Serviço Social rural

Quando se começa a reconhecer as barreiras associadas não apenas à prestação de cuidados em geral, mas aos desafios adicionais associados à distância geográfica, isolamento, cultura e ausência de suporte familiar e de redes de apoio, começamos a perceber que a prática do Serviço Social em territórios rurais é diferente. A vida rural frequentemente significa ausência de serviços de saúde, distância dos serviços e isolamento social, levando a constrangimentos diversos (Sartore *et al.*, 2005 cit. por Dellemain & Warburton, 2013, p. 302). Também para Mackie, Zammit & Alvarez (2016, p. 2) o isolamento geográfico, o tempo de deslocação, os problemas e os desafios associados a relacionamentos sobrepostos/múltiplos e à conciliação da residência e exercício profissional na mesma área geográfica e os dilemas éticos e dificuldades em matéria de confidencialidade, dificultam o exercício profissional. Para os autores, complicações comuns em qualquer prática de Serviço Social, independentemente da localização, são muitas vezes amplificadas na paisagem rural.

³ CSWE – Council on Social Work Education

⁴ NASW – Associação Norte Americana de Serviço Social

O dilema clássico em que os Assistentes Sociais se encontram é que o aspeto impessoal da relação enfatizado no modelo profissional de ajuda, está muitas vezes em conflito com as normas sociais das comunidades rurais, que valorizam os atributos pessoais e a confiança sobre essas relações de ajuda (Daley, 2010). Culturalmente, estas comunidades esperam relacionamentos mais personalizados, são cautelosas com as pessoas estranhas e valorizam os comportamentos tradicionais (Daley, 2015, pp. 1-2). Mas os relacionamentos fortes são difíceis de estabelecer com os cidadãos utentes rurais se ainda não os conhecermos e se estamos relutantes em aprender a sua cultura. Desenvolver competência e sensibilidade cultural e trabalhar para responder à opressão, são elementos básicos para o Serviço Social (Daley, 2015, p. 2). Assim, culturalmente, existem evidências de que a vida rural é moldada por crenças, valores, atitudes, objetivos e comportamentos específicos que definem o indivíduo e a sua comunidade (Paton & Cuckson, 2004; Smith, 2004 cit. por Dellemain & Warburton, 2013, pp. 302-303). Como resultado, existem algumas questões-chave que atuam como impedimentos ao pedido de ajuda pelas populações rurais (Alston & Kent, 2004) como o estoicismo, caracterizado pela autossuficiência, a relutância em procurar ajuda médica e a reduzida probabilidade de admitir problemas de saúde mental, incluindo depressão (Dellemain & Warburton, 2013, p. 303). Também o medo de ser identificado e estigmatizado pela comunidade pode impedir as populações rurais de pedir ajuda (Humble *et al.*, 2013, p. 252). Os problemas dos diferentes tipos de comunidades rurais podem variar, mas é comum a todas o comportamento rural (Daley, 2015, p. 5). Assim, aprender o comportamento rural e as expectativas específicas de cada comunidade, são partes fundamentais de qualquer avaliação eficaz do Serviço Social e no *empowerment* das populações rurais para enfrentar os seus desafios (Daley, 2015, p. 5).

Segundo a declaração de política do Serviço Social rural da NASW (2012 cit. por Daley, 2015, p. 6), "*Social Workers practicing in rural areas have historically sought to resolve issues of equity, service availability, and isolation that adversely affect residents. They also work to support and advocate for vulnerable and at-risk people living in rural com-*

munities". Porém, não existem Assistentes Sociais suficientes para responder às necessidades das comunidades rurais (Daley & Avant, 1999; Ginsberg, 2005; NASW, 2012 cit. por Daley, 2015, p. 6). O que estes autores sugerem é que os Assistentes Sociais rurais não estão disponíveis em muitas áreas rurais e, quando estão, encontram-se com frequência isolados ou trabalham em equipas de pequena dimensão. Mesmo quando existem Assistentes Sociais na comunidade, muitas vezes não têm formação para responder à abrangência dos problemas da comunidade e enfrentam desafios em termos de supervisão profissional (Daley & Avant, 2004; Ginsberg, 2005, 2011; NASW, 2012 cit. por Daley, 2015, p. 6). Com frequência, os Assistentes Sociais rurais desenvolvem a sua intervenção isoladamente e são constrangidos a assumir várias funções porque (Humble *et al.*, 2013, p. 250) muitas vezes, são os únicos profissionais numa ampla e dispersa área geográfica.

Considerações Finais

Este artigo visa abrir espaço à produção de conhecimento sobre o Serviço Social rural português, uma lacuna que tencionamos colmatar através de contributos científicos emergentes da investigação social, à afirmação do Serviço Social rural e a uma intervenção macro-social transformadora de políticas rurais que efetivamente respondam às necessidades e reivindicações destas populações e ao exercício pleno dos seus direitos sociais.

Nascer e viver no interior rural é muitas vezes sinónimo de constrangimentos e desvantagens emergentes das limitações do território. Os problemas sociais inerentes à interioridade como o êxodo da população ativa para os grandes centros urbanos, o despovoamento, as fracas oportunidades académicas e profissionais e, conseqüentemente, o envelhecimento populacional presente no interior, manifestam várias formas de pobreza, nas suas múltiplas dimensões. A pobreza rural é uma pobreza mais estrutural do que individual. O espaço geográfico é determinante nas causas da pobreza; logo, quando a Pessoa vive num lugar pobre, muito pro-

vavelmente sofrerá as consequências da pobreza. A pobreza dos territórios (*Place based poverty*) envelhecidos e despovoados traduz traços de exclusão, efetiva ou potencial, levando à marginalização de quem os habita (Carlton-LaNey & Burwell, 2011, p. 22).

Vivemos num mundo, num continente e num país profundamente desigual. O local onde nascemos traça, nessa nascença, um conjunto de oportunidades e de experiências distintas. A desigualdade começa ali. No berço. No nome. No local onde nascemos e nas oportunidades condicionadas pelos territórios. A interioridade e os constrangimentos inerentes levam as populações rurais a um 'exílio social', à rutura de interações, à incapacidade de desenvolver projetos e de se projetar no futuro (Byung Chul Han, 2018). Temos, assim, assustadoras assimetrias e desigualdades no país, que, aos poucos, têm conduzido os territórios rurais a um 'suicídio lento', comprometendo a justiça social e o exercício e acesso aos direitos constitucionais das populações rurais.

O Serviço Social rural pode contribuir para:

- a) a (re)construção da consciência sobre as origens das desigualdades;
- b) capacitar as populações rurais para resistirem e defenderem os seus interesses, recusando a perspetiva da sua situação como resultado de um destino 'irrevogável';
- c) fortalecer as vozes das populações rurais;
- d) dar visibilidade a uma pobreza rural parcamente visível pela dispersão numa ampla área geográfica;
- e) evidenciar a forte correlação entre o baixo nível de instrução e o risco de pobreza e exclusão social que as populações rurais enfrentam, denunciando a dificuldade no acesso a este direito constitucional face à distância das escolas e ausência de transportes frequentes;
- f) denunciar a ausência de serviços e cuidados de saúde originada pela distância e difícil acessibilidade aos centros hospitalares e encerramento das extensões de saúde;
- g) promover projetos comunitários de desenvolvimento social.

Assim, a baixa densidade demográfica, as fracas oportunidades de trabalho, o isolamento social e geográfico, o acesso limitado a serviços essenciais e a ausência de infraestruturas básicas constituem barreiras ao desenvolvimento dos meios rurais, gerando círculos viciosos que tendem a ampliar e reproduzir a pobreza (transmissão intergeracional de pobreza) e exclusão social das populações rurais, competindo ao Assistente Social rural a *advocacy* em todas as questões políticas e problemas que afetam as vulneráveis populações rurais.

Referências Bibliográficas

- CARLTON-LANEY, Iris; BURWELL, N. Yolanda; WHITE, Craig – Rural Community Practice – Organizing, Planning and Development. In WEIL, Marie; REISCH, Michael; OHMER, Mary L. – *The Handbook of Community Practice*. 2.^a ed. Califórnia: SAGE, 2013, pp. 461-478. ISBN 978-1-4129-8785-1.
- CARLTON-LANEY, Iris; BURWELL, Yolanda – Historical Treasures of Rural Communities: *Special Characteristics of Rural Places*. In GINSBERG, Leon – *Social Work in Rural Communities*. 5.^a Edição. Virginia: CSWE Press, 2011, pp. 21-37. ISBN 978-0-87293-146-6.
- DALEY, Michael R. – A Conceptual Model for Rural Social Work. *Contemporary Rural Social Work Journal*. Volume 2, N.º 1 (2010), pp. 1-7.
- DALEY, Michael R. – *Rural Social Work in the 21st Century*. Chicago, Illinois: Lyceum Books, Inc., 2015. ISBN 978-1-935871-61-3.
- DALEY, Michael R.; AVANT, Freddie L. – Down-Home Social Work: A Strengths-Based Model for Rural Practice. In SCALES, T. Laine; STREETER, Calvin L.; COOPER, H. Stephen – *Rural Social Work – Building and Sustaining Community Capacity*. 2.^a Edição. New Jersey: Wiley, 2014, pp. 5-16. ISBN 978-1-118-44516-7.
- DALEY, Michael R.; PIERCE, Barbara – Educating for Rural Competence: Curriculum Concepts, Models, and Course Content. In GINSBERG, Leon – *Social Work in Rural Communities*. 5.^a Edição. Virginia: CSWE Press, 2011, pp. 125-140. ISBN 978-0-87293-146-6.
- DELLEMAIN, Jozette; WARBURTON, Jeni – Case Management in Rural Australia: Arguments for Improved Practice Understandin-

- gs. *Australian Social Work*. ISSN: 1447-0748. 66: 2 (2013), pp. 297-310. <https://doi.org/10.1080/0312407X.2012.675345>.
- GINSBERG, Leon - *Social Work in Rural Communities*. Virginia: CSWE Press, 2011. ISBN 978-0-87293-146-6.
- HICKMAN, Samuel A. - Rural is Real: History of the National Rural Social Work Caucus and the NASW Professional Policy Statement on Rural Social Work. In SCALES, T. Laine; STREETER, Calvin L.; COOPER, H. Stephen - *Rural Social Work – Building and Sustaining Community Capacity*. 2.^a Edição. New Jersey: Wiley, 2014, pp. 19-27. ISBN 978-1-118-44516-7.
- HUMBLE, Michael N.; LEWIS, Melinda L.; SCOTT, Diane L.; HERZOG, Joseph R. - Challenges in Rural Social Work Practice: When support groups contain your neighbors, church members, and the PTA. *Social Work With Groups*. Londres. 36: 2-3 (2013), pp. 249-258. <https://doi.org/10.1080/01609513.2012.753807>.
- MACKIE, Paul Force-Emery; ZAMMIT, Kimberly; ALVAREZ, Michelle - *Practicing Rural Social Work*. 1 ed. Nova Yorque: Oxford University Press, 2016. ISBN 978-0-19-061632-8.
- PUGH, Richard; CHEERS, Brian - *Rural social work – An international perspective*. 1 ed. Bristol: Policy Press, 2010. ISBN 978-1-86134-720-6.
- WALTERS, Jayme E.; JONES, Aubrey E.; BROWN, Aaron R. - Work Experiences of Rural Social Workers in the United States. *Journal of Social Service Research*. ISSN: 1540-7314. 46: 6 (2020), pp. 770-788. <https://doi.org/10.1080/01488376.2019.1658030>.